

## **Reunião Ministerial do Conselho, 4-5 de Junho de 2008**

### **DECLARAÇÃO MINISTERIAL DA OCDE SOBRE A COERÊNCIA DAS POLÍTICAS AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO**

**(Adoptada pelos Ministros da OCDE por ocasião da reunião do Conselho a nível dos Ministros, a 4 de Junho de 2008)**

1. Nós, Ministros dos países da OCDE\* reunidos em Paris de 4 a 5 de Junho de 2008 para a reunião Ministerial do Conselho da OCDE, relembramos que o sucesso da luta contra a pobreza passa pela aplicação, num conjunto de domínios que vão do económico ao social passando pelo ambiente, de políticas que se reforcem mutuamente. É por esta razão que importa promover a coerência das políticas ao serviço do desenvolvimento (CPD).

2. Constatamos com satisfação que os mecanismos organizacionais implementados para promover a coerência das políticas estão a melhorar, tanto na OCDE como ao nível dos países, como atestam, entre outros, os exames pelos pares realizados pelo CAD da OCDE sobre os progressos na via da cooperação política, de uma melhor coordenação, do reforço das capacidades de análise e do acompanhamento dos resultados.

3. Paralelamente, verificamos que a mundialização fez crescer a interdependência económica entre os países, assim como entre as nossas políticas de desenvolvimento e outros domínios da acção pública.

*À luz destes elementos:*

4. Reafirmamos a nossa firme adesão ao princípio da coerência das políticas ao serviço do desenvolvimento e sublinhamos a importância para a realização dos objectivos de desenvolvimento acordados à escala internacional, a começar pelos inscritos na Convenção do Milénio (os OMD).

5. Estamos resolvidos a prosseguir os nossos esforços para que as questões de desenvolvimento sejam tidas em conta no conjunto das políticas pertinentes, entre outras através de análises de impacto mais avançadas e de uma melhor coordenação das políticas tanto ao nível dos diferentes países como da zona OCDE tendo em conta, em particular, o impacto sobre os objectivos internacionais de desenvolvimento das nossas decisões em matéria de ambiente, agricultura, pesca, economia e finanças, assim como das nossas políticas nos domínios das trocas comerciais, das migrações, da segurança, da energia, da ciência e da tecnologia.

6. Encorajamos a OCDE, por via das suas competências pluridisciplinares incomparáveis, a continuar a ajudar-nos a melhor compreender a dimensão do desenvolvimento de políticas dos nossos países e as respectivas consequências para a redução da pobreza e, bem assim, a prosseguir com a elaboração de práticas óptimas e orientações para a promoção da coerência das políticas ao serviço do desenvolvimento e de melhores métodos de avaliação dos resultados obtidos nesta matéria. Convidamos em particular os comités implicados a identificar os laços entre os diferentes domínios das políticas públicas e a apresentar exemplos de vantagens mútuas ou de compromissos associados à coerência das políticas ao serviço do desenvolvimento.

7. Estamos empenhados em fortalecer o diálogo entre os países da OCDE e os países parceiros a fim de partilhar os resultados da experiência em matéria de efeitos sobre o desenvolvimento das políticas seguidas pelos nossos países, bem como a pertinência acrescida da coerência das políticas ao serviço do desenvolvimento para os próprios países em desenvolvimento, dentro do espírito de parceria mútua emanado da Conferência de Monterrey sobre o financiamento do desenvolvimento.

8. Reconhecemos a necessidade de uma maior coerência e do reforço da cooperação entre os diversos dispositivos internacionais e as diferentes instituições internacionais com vista a assegurar uma partilha alargada dos efeitos positivos da mundialização e, bem assim, a encarar os desafios e otimizar as vantagens que a mesma comporta.

9. Declaramo-nos determinados a trabalhar para uma maior sensibilização para as questões relacionadas com o desenvolvimento e à segurança humana, bem como a reforçar o diálogo com as organizações da sociedade civil de maneira a aumentar o apoio público à coerência das políticas ao serviço do desenvolvimento.

10. Concordamos que a realização dos Objectivos do Milénio para o desenvolvimento até 2015 reclama medidas concertadas a propósito do volume mas também da qualidade da ajuda. A maioria dos países membros da OCDE e a União Europeia fixaram já objectivos de aumento da sua ajuda pública ao desenvolvimento no horizonte de 2010. A coerência das políticas ao serviço do desenvolvimento pode ampliar significativamente o impacto dos recursos consagrados ao desenvolvimento e assim contribuir para os OMD. Se as políticas concebidas de modo favorável ao desenvolvimento aumentam o impacto da ajuda, uma ajuda orientada para os sectores económicos chave contribui para a criação de um ambiente favorável ao crescimento.

11. Reafirmamos a nossa adesão aos princípios enunciados em 2005 na Declaração de Paris. Aplicar-nos-emos no reforço e alargamento, em todas as ocasiões, do consenso em torno da reforma da entrega e gestão da ajuda e em torno da melhoria da eficácia da ajuda e dos resultados em matéria de desenvolvimento e estamos determinados em fazer do terceiro Fórum de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda, que deverá ter lugar em Accra de 2 a 4 de Setembro de 2008, uma etapa decisiva nessa via.